



“MÃES, CRIATURAS INVISÍVEIS”: A FORMAÇÃO DE UM COLETIVO MATERNO NO IFRJ

III Simpósio Brasileiro sobre Maternidade e Ciência, 3ª edição, de 06/12/2021 a 10/12/2021
ISBN dos Anais: 978-65-81152-32-1

MAIA; Ana Maria Quintela ¹, SANTOS; Bárbara de Oliveira ²

RESUMO

INTRODUÇÃO

Este relato de experiência pretende narrar o surgimento, algumas de suas conquistas e as ações atuais do grupo “Mães, criaturas invisíveis”, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), instituição pública de ensino médio-técnico e superior. O coletivo formou-se a partir da roda de conversa “Criaturas invisíveis: o (não) lugar de mães e crianças no IFRJ”, proposta por uma das autoras deste relato, em dezembro de 2020, na ocasião da V SEMEPE (Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão), promovida de modo remoto no campus Volta Redonda do IFRJ. Este trabalho pretende destacar o percurso posterior à roda, que gerou uma série de ações para discutir a invisibilidade de trabalhadoras e estudantes mães e suas crias.

Estudos recentes apontaram a queda da produtividade acadêmica de mulheres/mães durante a pandemia considerando gênero, raça e parentalidade (STANISCUASKI, 2020). Estas encontram condições diferentes quando comparadas às mulheres sem filhos. Segundo levantamento feito pelo grupo *Parent in Science* (2020) sobre a produtividade acadêmica de docentes no ensino superior durante o primeiro ano de pandemia, apenas 8% das mulheres estavam conseguindo trabalhar remotamente, ao passo que 18,3% dos homens o faziam; ao fazermos um recorte interseccional, 10,6% dessas mulheres são negras e 11,5% são brancas. Isso confirma que a academia, ao longo da história, tem se confirmado enquanto um espaço para homens brancos e que segue ignorando as demandas que são prioritariamente femininas (SILVA; SALVADOR, 2021).

A partir das vivências das autoras e de situações ocorridas com servidoras e estudantes levaram à proposta da roda de conversa, onde constatamos a ausência de políticas públicas maternas e infantis no Instituto, o que se agravou durante a pandemia da COVID-19 e a implantação das APNPs (Atividades Pedagógicas Não Presenciais). Além disso, não foi observada, nem antes nem durante o período de pandemia, nenhuma iniciativa da instituição voltada à maternidade de um modo geral para apoiar a gestação, o puerpério, a lactação, a adoção, a maternidade solo ou até mesmo madrastas – tampouco para nossos alunos pais ou mesmo visitantes de nossas dependências.

Tal constatação nos mostra o quanto a academia ainda entende a maternidade enquanto uma questão privada e individual e oferece pouca, ou nenhuma, estrutura para as mulheres mães e para a permanência de discentes (SILVA; SALVADOR, 2021). Reflexo de um país que ainda considera o trabalho doméstico, formal ou não, e tudo o que o envolve uma tarefa destinada exclusivamente às mulheres. A naturalização desta posição e das relações de poder vigentes em

¹ IFRJ/RJ, ana.maia@ifrj.edu.br

² IFRJ/RJ, barbara.santos@ifrj.edu.br

nossa sociedade marca este trabalho com dor, sobrecarga e adoecimento.

Somou-se a isso, em maio de 2020, a morte por coronavírus de uma estudante do nível superior do campus Volta Redonda, mãe de uma menina e que também estava puérpera. Ela foi uma dentre as milhares de brasileiras gestantes e puérperas que fizeram do Brasil um dos recordistas mundiais em morte materna nesta pandemia. Segundo o Boletim Observatório Covid-19 da Fiocruz (2021), no ano de 2020 foram notificados 544 óbitos em gestantes e puérperas; e até o dia 26 de maio de 2021, esse número foi de 911, denotando um aumento significativo e preocupante. Como muitas de nós, ela trabalhava e estudava como mestranda em outra instituição pública de ensino.

Nesse cenário, vemos como problemático o fato de que não há pesquisas amplas, dados estatísticos de estudantes e docentes mães nas instituições de ensino públicas, “tampouco sobre evasão, trancamento e discriminação, ou qualquer outro dado ou censo que traga à baila as dificuldades estruturais e necessidades das mulheres que se tornam mães no meio universitário” (MÜLLER, 2018, p. 13). Isso explica como muitas universidades e institutos federais ainda têm sido um reflexo do entendimento social sobre “o papel das mulheres e crianças na sociedade e confirma a vigência de estereótipos de gênero e a violação de direitos de mães e crianças no ambiente universitário” (MÜLLER, 2018, p. 14). Elas sofrem pelas “prescrições de gênero, que associam mulher a cuidados parentais e tarefas domésticas” (URPIA; SAMPAIO, 2011, p. 159) assim como isso fragiliza a vivência escolar e toda a trajetória dessas mulheres no espaço acadêmico.

METODOLOGIA

A roda de conversa foi submetida com colaboração e participação de outras servidoras dos *campi* Volta Redonda, Nilópolis e São Gonçalo, uma aluna egressa do campus Nilópolis e convidadas externas ativistas pela amamentação e direitos da criança. A proposta era que, nesta roda, as mulheres pudessem trazer relatos de suas experiências como mães no espaço acadêmico e se isso, de alguma forma, interferiu no seu percurso enquanto trabalhadora e/ou estudante e como refletiu sobre os desafios na tarefa de conciliar o cuidado dos filhos, os estudos e o trabalho.

Os relatos foram surpreendentes e emocionantes, gerando um misto de indignação e mobilização como reação aos problemas enfrentados, como a falta de entendimento institucional sobre licença-maternidade por adoção ou quanto à posse de uma servidora com recém-nascido, a falta de trocadores de fraldas e locais adequados para amamentação, ordenha e armazenamento de leite materno e acolhimento de crianças nos *campi*, a ausência de pesquisas sobre a quantidade e a qualidade das condições das mães servidoras e estudantes, dentre outros.

Após a roda, ficamos em contato por rede social. A atividade gerou a gravação de sua transmissão em vídeo, além de um relatório elaborado pela proponente. Algumas de nós levaram adiante a proposta de iniciar um diálogo sobre tal situação com a comunidade interna, diretamente com outros *campi* e com a comunidade externa, principalmente com os familiares das servidoras e estudantes. Houve muita insistência e resistência, não foi fácil articular o grupo e nossas ações, pois, há “além do produtivismo acadêmico que suas realidades profissionais lhes impõem, as jornadas duplas/triplas de trabalho que assumem ao serem mães e donas de casa” (MACEDO, 2020, p. 189).

O relatório serviu de base para a redação de uma carta aberta intitulada - “Carta aberta de mães à comunidade do IFRJ”, assinada pelas participantes da roda, e que contou com apoio de alguns servidores, do NUGEDS (Núcleo de Estudos em Gênero, Diversidade e Sexualidade) de alguns *campi* e por parte da coordenação do grupo *Parent in Science*. O documento, de seis páginas, foi

¹ IFRJ/RJ, ana.maia@ifrj.edu.br

² IFRJ/RJ, barbara.santos@ifrj.edu.br

divulgado pelos e-mails institucionais e contatos estudantis em abril de 2021. No texto, denunciemos a precariedade de nossa situação e a urgência da tomada de medidas que minimizem o abandono materno e infantil nas instituições públicas de ensino.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na carta aberta, relatamos a falta de estrutura física e simbólica para dar suporte à maternidade e à infância, o que, rapidamente, provocou uma mudança significativa: no edital interno de projetos integrados de pesquisa, ensino, inovação e extensão de 2021, incluiu-se a análise de mérito diferenciada a servidoras mães que tiveram licença-maternidade recentemente – ação promovida pela Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação do IFRJ.

Além disso, a carta gerou diversas ações e convites para participação nos seguintes encontros: I Encontro virtual com mães servidoras de outros *campi* (Arraial do Cabo, São Gonçalo, Reitoria, Realengo, Pinheiral, Niterói, Nilópolis), interessadas numa articulação mais ampla; live no *Youtube*® com SinTIFRJ (Sindicato dos Trabalhadores do IFRJ), intitulada “Bate-papo com as mães do IFRJ: invisibilidades em tempos de pandemia”; participação nas reuniões “Diálogos com o reitor”, em que foi feita a primeira referência à carta diretamente com a gestão institucional; reunião com a DIDAA (Diretoria de Diversidade e Ações Afirmativas) e NUGEDS (Núcleo de Estudos em Gênero, Diversidade e Sexualidade); participação em reunião convocada pela reitoria e pró-reitorias e alguns setores para encaminhamento das demandas diretas do grupo, como a formação de GT (Grupo de Trabalho) ou de um Fórum permanente; II Encontro virtual com mães servidoras para formação de um grupo mais amplo que vem dando continuidade às demandas; formalização das iniciativas do grupo como projeto de extensão na instituição; formação de um grupo de estudos sobre a temática de gênero e maternidade; criação de um perfil em rede social; participação em eventos e caracterização do grupo enquanto um coletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essas ações relatadas a partir de nós, mulheres mães, ficaram perceptíveis os problemas enfrentados no universo da maternidade de servidoras e alunas e da infância, bem como as relações de gênero, raça e classe, que estão implicadas nesse âmbito, todas ainda muito negligenciadas pela sociedade em geral e dentro do IFRJ. Vivemos em uma sociedade que ainda restringe o lugar das mães ao ambiente doméstico, colocando muitos impecilhos para que estas sigam a carreira científica.

As primeiras ações propostas por esse coletivo, ainda iniciais, já produziram mudanças não apenas internamente, se considerarmos os impactos positivos que o coletivo e suas ações organizadas e institucionalizadas formalmente podem trazer para as famílias de nossas profissionais e discentes, principalmente às suas crianças, e para a comunidade externa de um modo geral.

Nos organizar em coletivo é uma das estratégias para que, juntas e fortalecidas, possamos trazer para o centro do debate institucional tais questões e, a partir daí, induzir a proposição de políticas públicas internas que possibilitem a efetiva garantia de direitos a mulheres mães. Assim, entendemos que o coletivo faz parte de um movimento maior que se faz urgente e necessário para repensar o lugar social historicamente dado a nós mulheres como aquelas únicas responsáveis pelo cuidado do outro.

REFERÊNCIAS

¹ IFRJ/RJ, ana.maia@ifrj.edu.br

² IFRJ/RJ, barbara.santos@ifrj.edu.br

BRASIL. Boletim Observatório Covid-19 Fiocruz. Semanas epidemiológicas 20 e 21. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. 2021. Disponível em: https://agencia.fiocruz.br/sites/agencia.fiocruz.br/files/u34/boletim_covid_2021-semanas_20-21-red.pdf. Acesso em: 12 nov. 2021.

MACEDO, S. Ser mulher trabalhadora e mãe no contexto da pandemia COVID-19: tecendo sentidos. Revista NUFEN, Belém, v.12, n. 2, p. 187-204, ago. 2020. Disponível em: [Ser mulher trabalhadora e mãe no contexto da pandemia COVID-19: tecendo sentidos \(bvsalud.org\)](#) Acesso em: 07 out. 2021.

MÜLLER, M. S. A. O impacto da maternidade na academia: Uma análise multidisciplinar nos campos do Direito e das Políticas Públicas sobre as mães em universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro. Dissertação. UNIRIO. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: [Dissertações defendidas em 2018 — PPGD \(unirio.br\)](#) Acesso em: 07 out. 2021.

PARENT IN SCIENCE. 2020. Produtividade acadêmica durante a pandemia: efeitos de gênero, raça e parentalidade. Disponível em https://327b604e-5cf4-492b-910b-e35e2bc67511.filesusr.com/ugd/0b341b_81cd8390d0f94bfd8fcd17ee6f29bc0e.pdf?index=true. Acesso em: 12 nov. 2021.

SILVA, J.M.S.; SALVADOR, A.C. Coletivos de mães universitárias rompendo com a história da exclusão feminina nas universidades. Simpósio Nacional de História (31: 2021: Rio de Janeiro, RJ) Anais do 31º Simpósio Nacional de História [livroeletrônico]: história, verdade e tecnologia/organização Márcia Maria Menendes Motta. 1. ed. São Paulo: ANPUH-Brasil, 2021.

STANISCUASKI, F. et al. Impact of COVID-19 on Academic Mothers. Science.

vol. 368, ed. 6492, maio, 2020. Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/368/6492/724.1> Acesso em: 09 out. 2021

URPIA, A. M. O.; SAMPAIO, S. M. R. Mães e universitárias: transitando para a vida adulta. In: SAMPAIO, S. M. R. (org.) **Observatório da vida estudantil: primeiros estudos** [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 145-168. Disponível em: [sampaio-9788523212117-09.pdf \(scielo.org\)](#) Acesso em: 11 out. 2021

PALAVRAS-CHAVE: gênero, maternidade, universidade

¹ IFRJ/RJ, ana.maia@ifrj.edu.br

² IFRJ/RJ, barbara.santos@ifrj.edu.br